

ENTREVISTA Secretário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Jairo José Isaac fala dos desafios à frente da secretaria

Secretário aponta caminhos para melhorar a gestão ambiental no Estado

O advogado Jairo José Isaac comanda a pasta de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais desde 2016. Ele também já foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), secretário de Estado de Fazenda e de Planejamento de Minas Gerais, além de outras pastas e órgãos públicos e privados do Estado. Nesta entrevista ele fala dos desafios e aponta direções para uma das secretarias mais importantes para o desenvolvimento de Minas, que atua em parceria com municípios e empresas que prestam serviços manejo de resíduos sólidos, de limpeza e conservação urbana.

Um dos problemas enfrentados por empresas associadas ao Sindilurb são as licenças ambientais, pois o processo de licenciamento é burocrático e as exigências vão e voltam gerando muita demora. A justificativa do Estado é que não existe corpo técnico. O que fazer para dar mais agilidade aos procedimentos?

Com a publicação do Decreto 47.042/16, que possibilitou a remodelagem da Semad, criou-se a Assessoria de Normas e Procedimentos que está revisando todas as normas e procedimentos estaduais que estão desatualizados, trazendo procedimentos mais claros e objetivos para o licenciamento ambiental.

Outra publicação importante é o Decreto 47.173/17 que definiu o prazo para os órgãos intervenientes se manifestarem, assim os processos voltam a ter uma sequência, possibilitando a concomitância de fases e processos em fase única, além de igualar a validade das licenças ambientais à Lei Federal. Por exemplo, a Licença de Operação passa a vigorar com 10 anos, se a atividade não cometer dano ambiental. A atuação do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) em aprovar as propostas normativas da Semad também tem dado grande contribuição para aperfeiçoar os processos de licenciamento ambiental e aumentar as parcerias municipais. Neste último, destaca-se a publicação da DN 213/17 que definiu as tipologias de atividades que podem ser licenciadas pelo município sem necessidade de convênio. Esta vai ampliar as parcerias municipais, a qualidade ambiental local e contribuir para a geração de desenvolvimento social e econômico com empoderamento dos municípios. A DN 214/17 que trouxe a norma mais moderna de Educação Ambiental do Brasil em processos de licenciamento e a Deliberação Normativa que prorroga as Licenças de Instalação concedidas para o prazo máximo de seis anos, evitando assim a paralisação de obras e garantindo a manutenção de empregos. Portanto, cabe esclarecer que o Estado não atribui o prazo demorado de concessão das licenças, pelo simples fato de quadro de técnicos reduzidos, mas pela comutatividade de fatores. Muitas exigências são respondidas de forma insuficiente e/ou inadequadas, gerando emis-



Secretário Jairo José Isaac já esteve à frente de órgãos públicos e privados no estado e no país

“

A Semad tem construído uma cooperação junto com o Ministério Público Estadual para apoiar soluções para a disposição adequada dos resíduos sólidos urbanos, envolvendo ainda a Secretaria das Cidades e Transportes e Obras Públicas.

”

Jairo José Isaac
Secretário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

são de complementações e, assim, atrasos e até arquivamento dos processos. Estas exigências são de bases legais, técnicas e normativas, não há como desconsiderá-las. Ainda cabe lembrar que durante muito tempo os órgãos intervenientes, por especificidades peculiares, contribuíram no atraso das concessões das licenças, gerando aumento do “passivo” de processos para análise.

Em relação à parceria com a Fiemg para agilizar os processos, o que está sendo feito?

Todas as medidas citadas fazem parte de um planejamento estratégico de gestão, que inclui a relação com o setor industrial, que vem sendo monitorado e já tem resultados bastante

positivos, com algumas Suprams com índices de eficiência nunca aferidos antes.

Como o senhor avalia o resultado da evolução dos processos de licenciamento através do modelo de câmara técnica, em relação ao que era realizado através do Copam?

As câmaras técnicas do Copam têm apresentado ótimo desempenho das suas competências, garantindo a participação democrática e tornando os julgamentos das licenças e dos autos de infração mais coerentes. A separação por unidades temáticas trás confiança e segurança para os conselheiros e têm melhor condição de decidir e propor, quando é o caso. Entendo que neste modelo ganha toda a sociedade, pois os processos são por temas, são mais ágeis, com uma agenda de 12 meses e com a possibilidade de proposta de temas ligados às suas competências.

Qual a solução para adequar a formação de aterros sanitários para atender os municípios?

Não existe uma solução única. Os municípios podem gozar de apoio técnico da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), caso desejem a implantação de seu aterro sanitário ou apoio da Secretaria de Estado de Cidades e Integração Regional (Secir) na formação de consórcios, ou até de terceirização em aterros privados, mediante processo licitatório local.

Como o senhor vê a formação de consórcios públicos para solucionar a questão da destinação final de resíduos? Seria um caminho?

Esta é uma solução importante, pois viabiliza a regularização da disposição de resíduos sólidos urbanos para pequenos municípios, que se operassem individualmente teriam um custo muito maior. A Secretaria das Cidades tem trabalhado no fomento dos consórcios.

Existe uma sensação por parte do empresário de que a fiscalização é muito rígida em relação à iniciativa privada e por outro lado existiria certa permissividade em relação aos órgãos públicos. Exemplo de lixões que existem a céu aberto, pois cerca de 80% dos municípios operam de forma ilegal.

A fiscalização vem atuando em diversos municípios, com muitas multas aplicadas e alguns lixões paralisados. A questão é que precisamos também apoiar esses municípios. Muitas vezes o encerramento dos lixões pode gerar impactos ambientais ainda maiores, pois a área não é recuperada. Por este motivo, a Semad tem construído uma cooperação junto com o Ministério Público Estadual para apoiar soluções para a disposição adequada dos resíduos sólidos urbanos, envolvendo ainda a Secretaria das Cidades e Transportes e Obras Públicas.



SINDILURB NOTÍCIAS

IMPRESSO



Informativo do Sindicato das Empresas de Coleta, Limpeza e Industrialização do Lixo de Minas Gerais

Edição 23 - Junho de 2017

Desafios da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Página 4

Entrevista com o Secretário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Jairo José Isaac traz esclarecimentos sobre os processos de licenciamento ambiental e balanço do primeiro ano à frente da Semad.



GESTÃO DE RESÍDUOS

União Recicláveis, que atende municípios na Zona Mata, aposta em soluções ambientais para garantir boa gestão e tratamento de resíduos sólidos, elevando a qualidade de vida da população.

Página 3

CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Com o Programa de Auxílio ao Desenvolvimento Profissional (Pades), Sindilurb investe em qualificação de empresas parceiras da entidade, a fim de driblar a crise financeira enfrentada pelo país.

Página 2

Este informativo é impresso em papel 100% reciclado. Preservar o meio ambiente é cuidar do nosso futuro.



Associado, mande notícias de sua empresa para o Informativo SINDILURB NOTÍCIAS

sindilurb@fiemg.com.br

EDITORIAL

A importância da atuação transparente do sindicato

Neste período de tantas incertezas pelo qual estamos passando, o papel do Sindicato é, antes, ser um espelho para demais organizações sociais e empresariais. É nossa obrigação ser transparentes e coerentes com nossos deveres e valores, pois nosso patrimônio envolve, além de bens materiais, bens morais e sociais. Em breve, nosso sindicato passará por novas eleições para sua diretoria. Encerramos nossa gestão à frente do Sindilurb com a certeza de termos feito o melhor para nossos associados.

Na busca por aprimoramento profissional, a fim de utilizar de forma cada vez mais consciente os recursos humanos e materiais de que dispomos o Programa de Auxílio ao Desenvolvimento Empresarial (Pades) foi criado para oferecer orientação profissional para nossas empresas associadas. Em 2017, já oferecemos cursos nas áreas de gestão de pessoas e de projetos, com o objetivo de ajudar nossas empresas parceiras a driblarem a crise, por meio do aperfeiçoamento de processos, serviços e qualificação profissional e pessoal.

Realizamos também, em abril, análise das receitas e despesas do sindicato, em relação ao ano de 2016, garantindo transparência em nossa gestão, em benefício do Sindilurb e das empresas associadas. Os números apresentados confirmam que todas as despesas foram realizadas dentro dos limites e com a finalidade de atender os interesses da instituição, seguindo o Estatuto vigente.

Boa leitura e até a próxima edição!



Marcos Vinícius Rocha Savoi, presidente

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Para vencer a crise, Sindilurb investe em capacitação para as empresas associadas

Programa criado pelo sindicato oferece cursos com foco no desenvolvimento profissional

Com foco no desenvolvimento profissional das empresas associadas ao Sindicato das Empresas de Coleta, Limpeza e Industrialização do Lixo de Minas Gerais (Sindilurb), o sindicato tem investido constantemente em cursos, palestras e oficinas, por meio do Programa de Auxílio ao Desenvolvimento Empresarial (Pades). As atividades de capacitação oferecidas pela entidade visam driblar a crise e gerar oportunidades de crescimento das empresas do setor, associadas ao sindicato.

Apenas nos quatro primeiros meses de 2017, o Pades já realizou duas atividades formativas, em parceria com dez empresas associadas. Os cursos, promovidos pelo Sindilurb, na área de Gestão de Projetos, contou com a participação das em-

presas ECP Engenharia, Localix e Serquip, e outro na área de Gestão de Pessoas, com as empresas Consita, ECP Engenharia, Engesp, Localix, Locavia, Macaúbas e Serquip. Em ambas as atividades foram desenvolvidas demandas de capacitação evidenciadas pelas empresas associadas.

O Programa tem como missão auxiliar o Sindilurb e as empresas associadas no desenvolvimento de melhores práticas de gestão. Por meio do Pades, são desenvolvidas diversas atividades informativas (Boletim Gestor, Boletim RH e Dicas de Cursos Online), capacitações (cursos, workshops e palestras). Para o segundo semestre de 2017, já há projeções de atividades para integrar ainda mais as empresas e difundir o conhecimento.



Empresários parceiros durante Café Empresarial do Pades: desenvolvimento e a qualificação como ferramentas para driblar a crise e desenvolver competências dentro das empresas

EXPEDIENTE

SINDILURB NOTÍCIAS

PRESIDENTE: MARCOS VINÍCIUS ROCHA SAVOI
VICE-PRESIDENTE: HABIB ARDO DIB
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO: MAURÍCIO SIGAUD FERREIRA
DIRETOR DE EXPANSÃO E MERCADO: RENATO FERREIRA MALTA
DIRETOR DE RELAÇÕES TRABALHISTAS: JANILTON SANTOS MACHADO
DIRETOR TÉCNICO: GILSON ALMEIDA VILELA
DIRETOR ADJUNTO: ROBSON GERALDO DE FIGUEIREDO
CONSELHO FISCAL: WILLY MARTINS CARNEIRO JÚNIOR, HELY COSTA LAGES E ARTHUR ALVES DE BRITO
SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL: ROGÉRIO MALTA
DELEGADO EFETIVO JUNTO A FIEMG: MAURÍCIO SIGAUD FERREIRA
DELEGADO SUPLENTE JUNTO A FIEMG: JEFERSON PASCOAL ROCHA
TIRAGEM DO INFORMATIVO: 1000 EXEMPLARES
PRODUZIDO PELA: ARTICULAÇÃO COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

DIRETORIA DO SINDICATO DAS EMPRESAS DE COLETA, LIMPEZA E INDUSTRIALIZAÇÃO DO LIXO DE MINAS GERAIS – SINDILURB/MG

TRIÊNIO DE 2014/2017

GESTÃO DE QUALIDADE

Soluções ambientais para investimento em saúde e qualidade de vida

União Recicláveis é expoente no tratamento de resíduos sólidos na Zona da Mata

A gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos têm se tornado cada vez mais importantes para a sociedade, diante da necessidade da criação de políticas públicas relacionadas a destinação de resíduos sólidos. Essas práticas estão ligadas a aspectos não só ambientais, que envolvem a contaminação e poluição do solo, do ar e da água, mas também questões econômicas e sociais configurando-se, dessa forma, como um quadro delicado, principalmente quanto à disposição final dos resíduos sólidos.

Neste contexto, em 2005, foi inaugurada a União Recicláveis. Com sede em Leopoldina, na Zona da Mata, atualmente a empresa atende sessenta municípios e está em processo licitatório com mais 18 para iniciar atividades nos próximos meses. À frente da empresa está Tiago Agostinho, diretor-presidente, que fala sobre os diferenciais da União Recicláveis. “Estamos em constante movimento, levando soluções em limpeza urbana de coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos. Nossa missão é adequar os municípios e empresas às leis ambientais, surpreendendo com a qualidade, impacto visual favorável e agregação de valor”, pontua Agostinho.

Além do serviço de coleta de resíduos sólidos urbanos com característica domiciliar, a União Recicláveis oferece soluções para logística, por meio de estações de transbordo, transporte de resíduos, tratamento e destinação final em aterro sanitário próprio, o Centro de Tratamento de Resíduos - CTR Leopoldina. A empresa conta com frota própria padronizada e higienizada diariamente, com veículos novos com menos de cinco anos de uso, além de equipe formada por 62 profissionais conscientizados de suas responsabilidades, com as cidades e as pessoas que são atendidas direta e indiretamente.

A União Recicláveis atende municípios da região e em curto período de tempo a meta é alcançar as indústrias. O diferencial é oferecer o serviço em sua totalidade, desde a coleta até a destinação final. “Não queremos simplesmente abrir as portas do CTR Leopoldina para descarregar lixo. Nós proporcionamos a nossos clientes uma experiência de parceria, assumimos a gestão dos resíduos oferecendo o suporte necessário tanto para o recebimento de verbas da esfera ambiental até o encerramento de áreas degradadas nos municípios que integram nossa carteira de clientes”, afirma Agostinho.



A União Recicláveis faz desde o transporte até a destinação correta dos resíduos em consonância com a legislação ambiental

Preocupação Ambiental para vencer desafios

Antes de qualquer atividade é preciso saber o objetivo da empreitada e os meios necessários para se obter o sucesso. Com este pensamento é que a União Recicláveis planeja e executa suas ações. Responsabilidade ambiental e social são a espinha dorsal da empresa. Todo trabalho realizado respeita o habitat onde a empresa está inserida e atua. Por isso, para alcançar indicadores e cumprir metas, a União Recicláveis segue o Código de Ética da empresa que fornece as diretrizes para a atuação. “Ao firmar parcerias com municípios e empresas, seguimos o Código de Ética e somente atuamos a partir de Licenças dos Órgãos Competentes e com parceiros que acreditam na nossa metodologia de trabalho”, justifica o diretor-presidente.

Há também a preocupação com a fauna e a flora, assim como os demais recursos ambientais, que exercem função no ecossistema e são indispensáveis para o seu equilíbrio. Com um rigoroso controle e monitoramento constante das operações, a União Recicláveis se integra, de forma harmônica, com o meio ambiente ao qual está inserida. “Possuímos reservas florestais intocadas a fim de compensar ambientalmente nossas atividades”,

esclarece Agostinho. Ele explica ainda que frequentemente são realizadas palestras em escolas da região com foco na educação ambiental com crianças e jovens e que a empresa recebe grupos para atividades em educação ambiental. “Temos um espaço que conta com sala com recursos audiovisuais, mirante com visão panorâmica de toda área de aterragem, drenos e lagoas de acumulação do percolato gerado, onde são recebidos visitantes para palestras e ações sobre sustentabilidade e meio ambiente”, completa.

O próximo projeto da União Recicláveis é criar uma matriz de triagem de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU). Com previsão de funcionamento 24 horas gerando mais de 250 postos de trabalho, o objetivo da central é o reaproveitamento dos resíduos dispostos no CTR Leopoldina. Esta ação, entretanto, só será exitosa caso haja participação da população e dos governos municipais, já que a melhoria das condições ambientais depende de ações conjuntas e sistêmicas de todos. “Precisamos da conscientização da população e dos municípios para que ocorra a separação destes resíduos em sua origem, caso contrário essa corrente se enfraquece”, finaliza Agostinho.